

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC(FN) ODIMAR GOMES LEITE

O PAPEL DO CFN COMO FORÇA DE FLEXIBILIDADE ESTRATÉGICA:
uma proposta para a projeção do Soft Power brasileiro na África atlântica.

Rio de Janeiro

2009

CC(FN) ODIMAR GOMES LEITE

O PAPEL DO CFN COMO FORÇA DE FLEXIBILIDADE ESTRATÉGICA:

uma proposta para a projeção do Soft Power brasileiro na África atlântica.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CC(FN) Jorge Luís de A. Mello

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2009

RESUMO

O Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, como tropa de vocação expedicionária reconhecida na Estratégia Nacional de Defesa, pode contribuir para a projeção do Soft Power brasileiro na África, em particular nos Estados costeiros e insulares da porção atlântica daquele continente. Seu emprego, lançado à ação a partir de uma Força Tarefa Anfíbia constituída nas águas do Atlântico Sul, contribui ainda para a consecução da estratégia da dissuasão prevista naquele mesmo documento. Nesse contexto, elegendo a execução de operações com características inerentes a uma Operação Humanitária como linha guia, propõe-se a união de esforços de parceiros públicos e privados já experientes em ação similar realizada em território brasileiro, especificamente, o projeto Ação Global, criado pelo Serviço Social da Indústria, com divulgação realizada pela Rede Globo de Televisão. A proposta é unir o Projeto Ação Global e o Corpo de Fuzileiros Navais para levar a países alvo, selecionados por critérios da política externa aplicada à África pelo Ministério das Relações Exteriores, o acesso à assistência básica nas áreas de saúde, responsabilidade social, educação e lazer. Tudo isso com publicidade em nível mundial obtida por meio da capilaridade da TV Globo Internacional. Essas operações, se executadas prontamente, aproveitarão uma janela de oportunidade gerada pela perda da qualificação e ausência de meios disponíveis ao Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América, engajado em combate no Iraque e Afeganistão, para a execução de operações humanitárias na África. Janela essa que deve ser fechada em breve devido à política externa mais voltada para o Soft Power esperada do governo de Barack Obama. A realização das ações propostas vem ao encontro das necessidades do governo brasileiro, que tem pretensões de participar mais ativamente no cenário internacional e de buscar influenciar aquela comunidade a ser favorável a mudanças no Conselho de Segurança das Nações Unidas, de forma a contemplar o Brasil com uma posição de Membro Permanente. O objetivo é demonstrar mundialmente a capacidade militar brasileira de atender às demandas impostas aos países que naquele Conselho tomam assento, tanto no que diz respeito à expressão de seu poderio militar como na divulgação de sua política externa de benevolência para com países menos favorecidos.

Palavras-chave: África. Fuzileiros Navais. Soft Power. Operação Humanitária.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	FONTES DO SOFT POWER BRASILEIRO E SUA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NA ÁFRICA ATLÂNTICA	7
3	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA VOLTADA PARA OS PAÍSES DA ÁFRICA ATLÂNTICA	10
4	UMA JANELA DE OPORTUNIDADE PARA A CONQUISTA DE ESPAÇO NAS RELAÇÕES COM A ÁFRICA ATLÂNTICA	15
5	O CFN EXPEDICIONÁRIO COMO FORÇA DE DISSUAÇÃO E AMPARO	18
6	AÇÃO GLOBAL	22
5	CONCLUSÃO	25
	REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

Em 27 de fevereiro de 1994, por meio da Medida Provisória nº 434¹, teve início uma mudança radical na sociedade brasileira. Com a implantação do Plano Real, um longo período de descontrole da economia chegava ao fim. A estabilidade econômica passou a influenciar gradativamente o modo de pensar do brasileiro, que voltou a sonhar com um futuro melhor realmente palpável.

Em 1º de janeiro de 2003, assumia a Presidência da República o Exmo. Sr. Luís Inácio Lula da Silva, com governo orientado para a promoção da inclusão social.

Depois de dissipada a apreensão inicial de que o governo pudesse alterar a política econômica de sucesso vigente, tanto a massa popular, que se vê agora incluída na sociedade, como grande parcela dos cidadãos de classe média e alta, inicialmente céticos, passam a apoiar as atitudes do governante. De um modo geral, todos se sentem influenciados pelos discursos carregados de incentivos à autoestima do povo brasileiro e da constante ideia de que o Brasil tem o dever de exportar para o resto do mundo seu estilo criativo e empreendedor de dirimir problemas sociais.

Decorrente desse aumento da autoestima e da noção do que é cidadania, cresce no brasileiro o interesse em assuntos relacionados à soberania, a manutenção da integridade territorial e de suas riquezas. Reivindicações de países limítrofes como Bolívia, relativas ao fornecimento de gás natural para o Brasil; e Paraguai, em relação à energia hidrelétrica produzida na usina de Itaipu; trazem à pauta assuntos que reforçam a noção de que a soberania nacional diz respeito a todos os brasileiros.

O governo brasileiro tenta em sua política externa atender, tanto aos anseios do povo brasileiro, como aos da comunidade internacional.

Face à comunidade internacional, o governo tem aliado o tradicional princípio da não intervenção ao discurso e ação de benevolência do Brasil aos países menos favorecidos. A intenção é dissociar a imagem do país com a visão de uma nação de atitudes imperialistas, solidificando a imagem de um país que, mesmo buscando liderar e ampliar sua esfera de influência, resolve seus problemas internacionais de maneira pacífica, com soluções que tragam vantagens recíprocas.

Face ao povo brasileiro, o governo busca consolidar a ideia de que, em que pese o fato das concessões feitas à comunidade internacional não serem efetivamente tão vantajosas

¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1990-1995/434.htm

para o Brasil, está ciente de suas responsabilidades quanto à manutenção da soberania nacional. Nesse sentido, foi editada em 2008 a Estratégia Nacional de Defesa (END), que logo em sua introdução afirma:

Porém, se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé. Nada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa (BRASIL, 2008, p.1).

Ainda no contexto da END, quando trata da Estruturação das Forças Armadas, demanda dessas uma proposta que, entre outros aspectos, contemple “poder de combate que propicie credibilidade à estratégia da dissuasão” (BRASIL, 2008, p.40).

Dissuasão traduz-se, em termos de poderio militar, na existência de pessoal capacitado e meios suficientes para convencer o oponente de que não compensa o engajamento de suas forças, uma vez que ficam patentes, desde o início, as remotas chances de sucesso.

A frase “não basta ser, tem que parecer”, usada amplamente na área do marketing e cuja origem é atribuída, com a devida variação contexto-temporal, ao imperador romano César, vem acrescentar à presente discussão a necessidade existente, não só de se ter Forças Armadas, como de apresentá-las à comunidade internacional e mostrar do que realmente são capazes.

Este trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e pela experiência do autor, que ao longo de sua carreira atuou em duas missões como Observador Militar da Organização das Nações Unidas (ONU), visa a apresentar uma possibilidade de emprego do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), indissociável da Marinha do Brasil (MB), como força capaz de criar dissuasão, com demonstração de poder militar, sem ter necessariamente que utilizá-lo em combate, contemplando ainda uma solução para a divulgação da política externa de benevolência não intervencionista brasileira, por meio de ações de inclusão social promovidas em parceria com instituições públicas e privadas do Brasil.

Como limitador espacial desta monografia, será considerado como público alvo para essas ações sociais o continente africano, em sua porção atlântica. Como limitador temporal, será considerado o momento atual.

Para abordar o assunto, serão apresentados, além da presente introdução, cinco capítulos expositivos e uma conclusão.

No segundo capítulo será abordado o conceito de Soft Power, suas fontes e sua possibilidade de aplicação para a ampliação da esfera de influência do Brasil na África atlântica.

No terceiro capítulo será abordada a política externa brasileira para os países daquela região, incluindo posições relacionadas ao assunto em foros internacionais dos quais o Brasil faz parte.

No quarto capítulo será demonstrada a existência de uma janela de oportunidade no presente momento, possível de ser aproveitada pelo Brasil, para ampliação de sua atuação naquela porção do continente africano, inclusive com potencial para divulgação de sua capacidade dissuasória.

No quinto capítulo será demonstrada a capacidade e experiência existente atualmente no Corpo de Fuzileiros Navais brasileiro, indissociável da Marinha do Brasil, de atuar como força expedicionária, planejando, coordenando e executando operações de caráter humanitário no continente africano em proveito da política externa brasileira.

No sexto capítulo será apresentada uma estrutura de sucesso existente no Brasil, que une o poder público ao setor privado, fornecendo serviços sociais gratuitos de caráter temporário com grande potencial para divulgação de resultados em nível mundial.

Na conclusão pretende-se materializar a possibilidade de emprego do Corpo de Fuzileiros Navais em uma operação de caráter humanitário, tendo como plataforma móvel navios da Esquadra brasileira ao longo da costa atlântica africana, com amplitude espacial e temporal limitada, envolvendo parceiros públicos e privados e divulgação mundial. O objetivo é contribuir para a consecução da estratégia de dissuasão proposta pela END e para a promoção do Soft Power brasileiro no cenário internacional.

A relevância deste trabalho consiste em oferecer à reflexão, uma possibilidade de aglutinar em torno do reforço da imagem de importância da participação do Brasil na resolução de problemas de caráter global, o poder naval (militar), o poder civil (governo e instituições) e a iniciativa privada, gerando frutos positivos para todos os envolvidos no processo.

2 FONTES DO SOFT POWER BRASILEIRO E SUA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NA ÁFRICA ATLÂNTICA

Em seu livro de 2004, denominado “Soft Power, the means to success in world politics”, Joseph S. Nye Jr. menciona que o termo “Soft Power” foi cunhado em outra de suas obras chamada “Bound to Lead”, de 1990. Naquele livro, Nye escreveu: “os Estados Unidos da América não só eram a nação mais forte do mundo em termos econômicos e militares, como também em uma terceira dimensão que eu chamei de ‘Soft Power’” (NYE, 2004, p. XI, tradução do autor)².

O termo, nas palavras do próprio Nye, significa: “habilidade de obter o que você deseja por meio da atração ao invés da coerção ou pagamentos. Surge da atratividade da cultura, ideais políticos e políticas de um país” (NYE, 2004, p.5, tradução do autor)³. Continua ele ainda no mesmo livro: “quando você consegue que outros admirem seus ideais e queiram o que você quer, você não tem que gastar muito com “cajados” ou “cenouras”⁴ para movê-los na sua direção”(NYE, 2004, p.5, tradução do autor)⁵.

No caso brasileiro, por sua tradição de pacifismo e constitucionalidade dos princípios de não-intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos, torna-se patente que o único meio possível de obter resultados favoráveis para sua política externa é o uso do Soft Power. Obviamente a utilização de “cajados” e “cenouras” não é uma opção, muito embora a END preveja o emprego das Forças Armadas como uma espécie de “cajado”, não no sentido da coerção pensada por Nye, mas no sentido da sua simples existência consistir em elemento de dissuasão contra países não pacifistas.

Como fontes do Soft Power os países, primariamente, contam com sua cultura, seus valores políticos (não no sentido eleitoral, mas no sentido das políticas públicas relativas a diversos assuntos de interesse da sociedade), e sua política externa.

As possibilidades de utilização dessas fontes pelo Brasil são bastante amplas, principalmente em relação ao público alvo referido nesta monografia.

Começando pela cultura, o Brasil tem uma identidade fundamental com os países africanos: a língua portuguesa. À semelhança do Brasil, alguns países foram colonizados por Portugal. Quanto aos demais países da África atlântica, existem diversos aspectos comuns não

² Original na língua inglesa.

³ Original na língua inglesa.

⁴ Metáfora para coerção e pagamentos.

⁵ Original na língua inglesa.

relacionados à cultura portuguesa, mas originários da própria África. Os escravos trazidos para o trabalho nas lavouras brasileiras trouxeram com eles ritos e costumes de suas tribos, hoje presentes na cultura nacional em palavras da língua, pratos da culinária, religião, entre outros. A fonte cultural é, sem sombra de dúvidas, bastante viável na projeção de Soft Power no continente africano.

Em relação às políticas de governo, o Brasil também possui potencial bastante positivo, principalmente por suas atitudes em relação à promoção de inclusão social e respeito aos direitos humanos. É sempre um dos primeiros a assinar acordos internacionais que tenham esse último assunto em pauta, tendo em Sérgio Vieira de Mello (falecido a serviço da ONU no Iraque, em 2003) um ícone reconhecido internacionalmente por seu trabalho nessa área e considerado àquela época como possível sucessor do Secretário Geral Kofi Annan.

Especificamente quanto às ações realizadas pelo governo na direção da inclusão social, tem-se também uma fonte de identidade com o público alvo, uma vez que a África é um continente carente de políticas que transformem as pessoas em verdadeiros cidadãos de seus respectivos países.

O fornecimento de certidões de nascimento e carteiras de identidade são exemplos de ações simples executadas no Brasil que podem ser replicadas nos países africanos, contribuindo para o aumento da autoestima daqueles povos.

Outras formas mais complexas também podem ser visualizadas, porém necessitam de efetivo engajamento dos governos locais para sua replicação. São programas como o Bolsa Família, o Primeiro Emprego, o Fome Zero e o Luz para Todos, para citar apenas alguns exemplos.

No que diz respeito à política externa, o Brasil, como já dito, tem tradição na solução pacífica de conflitos, algo também muito necessário no continente africano. Sendo um país multiétnico de convivência interna pacífica, tem autoridade moral para dizer que grupos diferentes podem, sim, conviver pacificamente em um mesmo território. Tal característica, aliada ao fato de ter sido um país colonizado, o afasta da imagem imperialista associada a outros países que buscam aplicar seu Soft Power naquele continente.

O CFN tem seu maior patrimônio constituído por homens e mulheres oriundos de todos os segmentos da população brasileira. Espelha sua cultura. Sua história é inseparável da história do próprio povo brasileiro. Como vetor possível de ser empregado na demonstração da identidade cultural existente entre Brasil e África, por exemplo, no campo musical, tem sua

tradicional banda, reconhecida internacionalmente e capacitada para fazer apresentações de qualquer repertório que inclua sucessos ligados a ambas as culturas.

Por possuir, lado a lado em suas fileiras, pele negra, cabelos louros, feições indígenas, olhos azuis, traços orientais, fiéis de religiões diversas e pessoas de procedência abastada ou humilde, o CFN está credenciado a representar a sociedade brasileira, com liberdade de culto, de convivência multiétnica pacífica e possibilidade de ascensão social. Portanto, qualquer ação empreendida e capitaneada pelo CFN, no sentido de divulgar as políticas públicas brasileiras no cenário internacional, já conta de antemão com a autoridade moral de uma Força que, a despeito de sua constituição diversificada em termos de pessoal, opera com uma unidade de propósito conhecida entre os Fuzileiros Navais por “Espírito de Corpo” que, por si só, é capaz de causar um impacto positivo no público alvo definido.

Em relação à política externa, o CFN, como parcela das Forças Armadas brasileiras, tem também sua autoridade moral reconhecida internacionalmente devido a suas participações como integrante de contingentes brasileiros em missões da Organização dos Estados Americanos (OEA) e ONU.

Em resumo, pode-se concluir que a utilização do Soft Power para atrair a atenção dos países da África atlântica para um país tão “fair play”⁶ como o Brasil, é a única solução possível no âmbito das relações exteriores. Em seu favor, permitem a sua história e suas políticas a utilização de quaisquer das fontes de Soft Power existentes em benefício desse relacionamento com o continente africano. No campo militar, sendo uma Força também representativa dessa história e dessas políticas, o CFN possui o credenciamento necessário para representar o Brasil na projeção sutil de poder na porção atlântica daquele continente.

⁶ Aquele que joga honestamente dentro das regras estabelecidas.

3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA VOLTADA PARA OS PAÍSES DA ÁFRICA ATLÂNTICA

Politicamente, a porção atlântica do continente africano é constituída, desde o Marrocos até a África do Sul, por 24 países, incluindo dois insulares, com distintas culturas, línguas e religiões.

O fato de terem estado, à época colonial, sob o domínio de diferentes países europeus favoreceu a existência de uma verdadeira “colcha de retalhos”. Uma “colcha” que encontra como contraponto no continente americano, no limite oeste do oceano atlântico, um país único, com língua única que, apesar de diferenças regionais, apresenta grande identidade cultural. Uma nação que, mesmo gozando de grande liberdade religiosa, professa predominantemente religiões cristãs.

Alie-se a essas considerações o fato dos processos de colonização e descolonização na África terem tido efeitos muito mais desagregadores e destrutivos que os processos ocorridos na América do Sul. No continente americano do sul coexistiram, praticamente, apenas dois países colonizadores: Espanha e Portugal. Além disso, a reordenação política desses países, se não foi pacífica, implicou em períodos menores e mais longínquos de instabilidade, momentos históricos que, na África, iniciaram-se somente na segunda metade do Século XX e ainda persistem em grande parte daquele continente.

A diferença de resultado do processo de colonização e a possibilidade de existirem ensinamentos positivos a serem aplicados no continente africano ficaram evidentes no discurso do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, na XV Cúpula Ibero-Americana, em Salamanca, Espanha, no dia 15 de outubro de 2005:

Há um fio condutor que vincula nossos países e distingue nossa atuação internacional. É a ‘afinidade na diversidade’[...] Somos exemplo de que as fronteiras Norte e Sul, entre ricos e pobres, entre religiões, culturas e civilizações, podem e devem ser superadas pelo diálogo e conhecimento mútuo [...] Nossa Comunidade deve ampliar seu diálogo internacional, em particular com a África (BRASIL, 2007, p.102).

Dentro desse contexto, e considerando o descaso do chamado “primeiro mundo” para com os países subdesenvolvidos do “terceiro mundo”, tidos apenas como fonte de matéria-prima (em abundância até os dias de hoje), a África atual apresenta-se como um continente carente de investimentos de países bem intencionados que propiciem, aos seus

habitantes, capacitação para o estabelecimento de relacionamentos comerciais saudáveis com outros países em estágio mais avançado de estabilidade política e econômica.

Exemplo da viabilidade desse tipo de relação saudável observa-se entre o Brasil e a Nigéria. Em nota à imprensa, sob o título “Visita do Presidente da Nigéria, ‘Olusegun Obasanjo, ao Brasil” pode-se constatar que frutos já vêm sendo colhidos por ambos os países, principalmente no campo econômico:

Os contatos entre operadores econômicos nigerianos e brasileiros vêm permitindo a diversificação das respectivas pautas de exportação, em áreas como a agroindústria, serviços e hidrocarbonetos. A Nigéria é um dos maiores produtores africanos e o mais importante fornecedor do produto para o Brasil (BRASIL, 2007, p.164).

O Brasil, considerado pelos países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como um “irmão mais velho” que se independeu do “pai” há mais tempo, e cuja independência ao longo dos anos se revelou promissora, gera no inconsciente coletivo do povo daqueles países a imagem de “companheirismo” bem afastada daquela de “opressores” e “imperialistas” normalmente associada a países colonizadores.⁷ Tal imagem, associada à notória característica conciliadora do povo brasileiro, com reflexos explícitos em sua política externa, traduz-se em uma imagem positiva do Brasil extrapolada para todos os países daquele continente.

Em discurso do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, em Maputo, no dia 5 de novembro de 2003, essa imagem é reforçada:

E essa relação que o Brasil pretende manter com os países da África não é uma relação de um país imperialista com vocação de hegemonia. Nós já estamos cansados, já fomos colonizados, já nos liberamos do hegemonismo. Nós, agora, queremos parceria, queremos companheirismo [...] (BRASIL, 2007, p.158).

Aproveitando essa imagem positiva e, valendo-se de uma conjuntura interna favorável devido a diferentes fatores, tais como: estabilidade política, crescimento econômico, e aumento da autoestima do povo; o governo brasileiro ousa, no anseio de aumentar a esfera de influência do país no cenário internacional. O Brasil quer ter o continente africano como

⁷ O autor, ao longo de sua carreira militar, teve a oportunidade de conviver com oficiais de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Timor Leste, tendo constatado no discurso desses oficiais o apreço que seus países têm pelo Brasil e sua categorização como “irmão mais velho” e país “companheiro”.

um parceiro natural fora da América, tanto no campo econômico, com o incremento das pautas de exportação e importação e volume de negócios gerados entre os países, como no campo da promoção de ações sociais bem sucedidas no Brasil, caso do Programa Fome Zero. Essa visão fica patente na Orientação Estratégica do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em seu Plano Plurianual 2008-2011, no qual consta que “o combate à fome e a pobreza – uma das prioridades do Governo do Presidente Lula em seu primeiro mandato – seguirá tendo apoio decidido do Ministério das Relações Exteriores.” (BRASIL, 2007, p.279-280).

Ainda no tema do combate à fome, cabe ressaltar a criação, em julho de 2006, da EMBRAPA África, escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, com sede em Gana, que tem como objetivos contribuir para o desenvolvimento sustentável (social, ambiental e econômico), para a segurança alimentar e o combate à fome em toda aquela região.⁸

No que diz respeito à infraestrutura para a sistematização do relacionamento Brasil-África, o MRE conta, na porção atlântica do continente, com as embaixadas em Marrocos, Namíbia, África do Sul, Angola e Guiné-Bissau, e com um Departamento África, subdividido em três Divisões (cada uma responsável pelas relações políticas bilaterais com os países de sua área de responsabilidade). Essa organização é apresentada da seguinte forma: Divisão África I (DAF-I) - Marrocos, Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão e Congo; DAF-II – Guiné Bissau, Angola, Namíbia, África do Sul, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; DAF-III – República Democrática do Congo.⁹

Destaca-se o fato da DAF-II ser a responsável pelas relações com os países integrantes da CPLP na porção atlântica do continente africano, países esses com maior grau de identidade com a cultura brasileira.

Para além das relações bilaterais com cada país africano e de seu assento na CPLP, o Brasil tem participado ativamente em assuntos discutidos na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), na União Africana (UA), na Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e, com mais ênfase, na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

⁸ <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2006/foldernoticia.2006-07-03.1126368809/noticia.2006-07-10.4381407431/>.

⁹ <http://www2.mre.gov.br/deaf/>

A ZOPACAS conta com a participação da Argentina e do Uruguai e foi criada em 1986, contabilizando, atualmente, 24 países membros, sendo três americanos e 21 africanos. Tem o propósito de servir como instrumento de entendimento e cooperação regional, contribuindo para afirmar a identidade própria da região sul-atlântica, reconhecida pelos Estados costeiros e por toda a comunidade internacional. Depois de passar por um período de quase 10 anos sem grande atuação, entre 1998 e 2007, agora se encontra em fase de revitalização por conta da próxima reunião, agendada ainda para este ano de 2009, em Montevideu. Para o encontro, foram criados grupos de trabalho na área econômica, operações de manutenção da paz, temas ambientais, marítimos e de combate a ilícitos transnacionais.¹⁰

A Política Externa brasileira para a África atlântica traduz-se, portanto, na busca de uma identidade cultural afro-brasileira que estimule um aumento dos laços entre o Brasil e aquele continente, promovendo uma elevação da autoestima tanto do povo africano como, no Brasil, da imensa porção afrodescendente da população. Em discurso do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, em Sessão da LXI Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, em dois de junho de 2003, esse compromisso fica bem claro:

Com 76 milhões de afrodescendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás só da Nigéria. Estou pessoalmente empenhado em refletir essa realidade em nossa atuação interna e externa. Temos um compromisso político, moral e histórico com a África, e com os brasileiros que descendem dos africanos. E vamos honrar esse compromisso. (BRASIL, 2007, p.157).

Caracteriza-se ainda pelo estabelecimento de parcerias no campo econômico, com busca de soluções que propiciem vantagens para ambos os lados, sem denotar uma posição hegemônica brasileira, pela transferência de tecnologias que permitam aos países africanos desenvolverem seus potenciais agropecuários visando ao combate à fome e pela sugestão da replicação naquela região de programas sociais de inclusão social de sucesso aqui no Brasil.

Para atender a essa política, viu-se que o MRE está organizado para estudar e atender às demandas daquela região, sejam elas individualizadas por país, ou oriundas de foros de discussão.

No que diz respeito à participação do CFN nesse contexto de integração, destaca-se o Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia que, dentre outras ações, contempla a criação de um Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros para o assessoramento à formação de

¹⁰ http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=322

um batalhão de fuzileiros navais daquele país, bem como a criação de um curso de formação de soldados e desenvolvimento de seu cerimonial da marinha.

4 UMA JANELA DE OPORTUNIDADE PARA A CONQUISTA DE ESPAÇO NAS RELAÇÕES COM A ÁFRICA ATLÂNTICA

Em artigo intitulado “Obama e África: conciliando expectativas com realidade” (tradução do autor)¹¹, de Princeton N. Lyman e Kathryn A. Robinette (2009), ambos membros do Conselho de Relações Exteriores dos Estados Unidos da América voltado ao continente africano, fica patente, já durante os dois mandatos de George W. Bush, o interesse dos EUA naquela região. Entre os anos de 2000 e 2006, o país aumentou de US\$2.3 para US\$6.6 bilhões a ajuda financeira oferecida à África. Ao governo de Barack Obama ficou o legado de fazer com que este orçamento chegue ao patamar de US\$10.0 bilhões já em 2010.

Ainda nesse artigo, são considerados como novos atores no cenário africano a China, com maior intensidade, a Rússia, a Índia e o Brasil, todos componentes do chamado BRIC.¹²

Quais seriam, então, as reais possibilidades do Brasil na disputa pela atenção dos países africanos às suas propostas, tanto no campo das relações econômicas, como para transformações sociais?

Para responder a essa pergunta, inicialmente será feita a análise dos citados atores quanto a seus pontos fortes e fracos com base no artigo citado e, em seguida, como explorar esses últimos favoravelmente por meios dos pontos fortes da política externa brasileira naquele continente.

Descarta-se o estudo sobre a Índia por não ter sido citada, naquele artigo, nenhuma intenção sua em relação àquele continente.

Quanto à Rússia, o país apresenta grande interesse em fontes de gás natural, com concessão para produção na Nigéria, e planos para a construção de um gasoduto através do Saara para fornecimento à Europa. Como sinal de boa intenção, a Rússia ainda acena com um perdão de dívidas que chegam à US\$10.0 bilhões e novos pacotes de ajuda àquele continente. O ponto fraco da Rússia são os vetos apresentados no Conselho de Segurança das Nações Unidas às sanções propostas a países de regimes duvidosos, no sentido da promoção da democracia, como Sudão e Zimbábue. Tais vetos produzem nos países africanos que realmente buscam assegurar o fortalecimento de suas democracias uma imagem de falta de preocupação com as melhorias sociais advindas dos rendimentos gerados pela exploração de suas riquezas naturais.

¹¹ Journal of International Affairs, Spring/Summer 2009, Vol. 62, No 2.

¹² Sigla para o grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia e China.

Quanto à China, o país tem mantido seu foco na área de infraestrutura voltada principalmente para a construção de estradas e pontes. Apesar de grandes investimentos, possui três pontos fracos mais evidentes: desconsideração à democracia, também tendo vetado no Conselho de Segurança da ONU as sanções contra Sudão e Zimbábue; problemas causados na produção de bens por indústrias locais devido ao grande afluxo dos produtos chineses de baixo custo naqueles mercados, e perda da confiança dos países africanos pelo fato das obras de infraestrutura construídas apresentarem baixa qualidade.

No que diz respeito aos Estados Unidos, além dos grandes investimentos da era Bush, o país tem no atual presidente, de descendência africana, ponto forte no relacionamento com aquele continente. Como pontos fracos, há uma possibilidade de frustração das elevadas expectativas dos países africanos em relação à ajuda fornecida pelos EUA, que dificilmente poderão atingir os patamares financeiros previstos para 2010 devido à crise financeira de 2008 e, no campo da assistência militar, a dificuldade atual dos EUA de manterem presença efetiva na África, devido ao engajamento no Iraque e Afeganistão.

Ainda nesse campo, vários oficiais gerais têm demonstrado preocupação com a dificuldade em ajudar o governo norte-americano na projeção de seu Soft Power no continente africano, a exemplo do General Ronald Johnson, Diretor de Operações de órgão do alto comando dos Marines¹³:

Os Marines também desejam aumentar sua participação nessas missões [de “Soft Power”], mas será difícil enquanto o Corpo permanecer pesadamente envolvido no Iraque e Afeganistão (tradução do autor).¹⁴

O Almirante Jonathan Greenert, comandante do U.S. Fleet Forces Command, ressalta:

Os recentes sucessos em missões de “Soft Power”, como as cumpridas pelos Navios-Hospitais USNS Comfort e USNS Mercy, no sudeste asiático e América Latina, requereram a raspagem de fundos de várias contas, incluindo apropriações de emergência (tradução do autor).¹⁵

A preocupação com a falta de qualificação na condução de operações humanitárias pelos Marines existe porque os Marines se ocuparam, ao longo dos últimos seis

¹³ Designação dada ao Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América.

¹⁴ Original na língua inglesa. <http://www.nationaldefensemagazine.org/archive/2009/january/pages>. Artigo: Taking cues from new administration, naval forces shift focus to soft power.

¹⁵ Original na língua inglesa. <http://www.nationaldefensemagazine.org/archive/2009/march/pages>. Artigo: Greater demand for “Soft Power” reveals shortfalls in the navy.

anos, apenas com o combate urbano, deixando o adestramento para outras formas de emprego em segundo plano.

Conjugando as fontes de Soft Power com potencial de utilização pelo Brasil, abordadas no segundo capítulo deste trabalho, com os pontos fracos dos países concorrentes apresentados, pode-se concluir que o Brasil tem reais possibilidades de ampliar sua esfera de influência na África.

Utilizando sua reconhecida tradição democrática, pacífica, e de respeito aos direitos humanos, seu legítimo interesse em transferir tecnologia e comercializar produtos e serviços de qualidade e, atendendo às expectativas dos países ajudados, o Brasil se destaca com vantagens entre seus concorrentes, obviamente dentro de suas limitações econômicas, para ampliar suas relações com aquele continente.

No que tange à contribuição da expressão do poder militar brasileiro na ampliação dessas relações, vislumbra-se que existe uma janela de oportunidade aberta pela temporária falta de meios e qualificação demonstrada tanto pela Marinha como pelos Fuzileiros Navais dos EUA na execução de operações humanitárias.

Há que se ressaltar que esta janela tem que ser aproveitada pelo Brasil com rapidez, pois, com o maior foco do governo do Presidente Barack Obama em ações de Soft Power, esta há de se fechar novamente em curto prazo.

5 O CFN EXPEDICIONÁRIO COMO FORÇA DE DISSUASÃO E AMPARO

Indissociável da Marinha do Brasil, o Corpo de Fuzileiros Navais tem papel decisivo no cumprimento da tarefa do Poder Naval de projeção de poder sobre terra, tendo sua vocação expedicionária enfatizada na Estratégia Nacional de Defesa, aprovada por Decreto Presidencial em 2008:

O Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência (BRASIL, 2008, p.13).

Além de defini-lo como expedicionário, a END ainda define o mundo como espaço possível de emprego do CFN:

A existência de tais meios [de Fuzileiros Navais] é também essencial para [...] atuar em operações internacionais de paz, em operações humanitárias, em qualquer lugar do mundo (BRASIL, 2008, p.13).

A história do CFN, mesmo em tempos muito anteriores à existência de uma END, é rica em atuações no exterior, seja como tropa constituída ou individualmente por meio de Observadores Militares da ONU. Ressalta-se a participação, como tropa constituída, na República Dominicana, em 1965, como parte integrante do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz (FAIBRAS) e, nos dias de hoje, como Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav)¹⁶ integrante do contingente brasileiro na Força de Paz da ONU no Haiti.

Em que pese a possibilidade de um GptOpFuzNav ser transportado por meios da Força Aérea Brasileira para chegar a área de atuação determinada na missão específica que irá cumprir, sua atuação a partir de navios da Marinha do Brasil, que constituam uma Força, normalmente chamada de Força Tarefa Anfíbia, com a utilização de navios de transporte, protegidos por navios de escolta, contando ainda com meios orgânicos de desembarque e aeronavais em apoio, é o que irá materializar a capacidade expedicionária dessa tropa, com grande mobilidade estratégica e tática e autossuficiência para permanecer na área em questão pelo tempo necessário ao cumprimento da missão.

¹⁶ De acordo com definição do Manual de Organização e Emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros navais, o “GptOpFuzNav é, genericamente, uma organização-por-tarefas nucleada por tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento da missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, que grupa os elementos constitutivos de acordo com a natureza de suas atividades”(BRASIL, 2003, p.1-1).

A possibilidade de emprego de uma Força Expedicionária (FEx) com as características citadas acima, por qualquer que seja o país analisado, proporciona aos demais, fronteiriços ou não, um efeito de dissuasão que não se compara com aqueles que possuem apenas forças de segurança interna ou sem capacidade de projeção fora de seu território.

Dessa forma, o Brasil pode considerar a existência do CFN, núcleo dessa Força Expedicionária, como um elemento essencial para atingir o objetivo estratégico da dissuasão previsto na END perante a comunidade internacional e seu inconsciente coletivo.

Para o cumprimento dessas missões expedicionárias, a MB pode contar com Unidades do CFN desde o nível da Força de Fuzileiros da Esquadra¹⁷, passando pelo emprego de uma Divisão Anfíbia, até níveis de Batalhões ou Companhias, atuando isoladamente com seus respectivos elementos de apoio ao combate e de serviços ao combate.

Além de pessoal e meios do CFN, a MB conta ainda com os seguintes navios: Navio Aeródromo São Paulo, Navios de Desembarque de Carros de Combate Mattoso Maia, Garcia D'Ávila e Almirante Sabóia, Navios de Desembarque-Doca Rio de Janeiro e Ceará, Navio-Transporte de Tropas Ary Parreiras, até nove Fragatas (Escoltas), além dos Navios-Tanque Almirante Gastão Motta e Marajó.¹⁸

No que tange aos meios Aeronavais, com as seguintes aeronaves: Aviões AF-1 Skyhawk, Helicópteros UH-14 Super Puma e UH-12/13 Esquilo.¹⁹

Tais meios citados, que não expressam a totalidade dos meios da MB, podem ser combinados de diferentes maneiras, com diferentes dosagens e configurações, de modo a atenderem adequadamente a qualquer problema que demande a projeção de poder sobre terra em qualquer região do mundo, incluindo, no caso estudado por esta monografia, a porção atlântica do continente africano.

Tendo sido apresentada a capacidade expedicionária do CFN, sempre vinculado à MB, pretende-se partir para a demonstração de sua capacitação para o tipo específico de operação conhecida como Operação Humanitária.

O Manual de Operações Humanitárias dos GptOpFuzNav cita a definição adotada pela Doutrina Militar de Defesa brasileira para as Operações de Ação Humanitária como as que:

[...] se desenvolvem, por meio de contingente de forças navais, terrestres e

¹⁷ <https://www.mar.mil.br/cgcfm/cfn/ffe.htm>

¹⁸ https://www.mar.mil.br/menu_h/navios/menu_navios_mb.htm

¹⁹ https://www.mar.mil.br/menu_h/aeronaves/aeronaves_mb.htm

aéreas, proporcionadas, isoladamente, por um Estado, ou por Estados Membros da ONU ou de qualquer outro organismo internacional de que o Brasil seja partícipe, para a urgente prestação de socorro de natureza diversa à nacionais de país atingido pelos efeitos de catástrofes naturais, ou decorrentes da devastação de guerra entre nações litigantes, tudo com o propósito de proteger, amparar e oferecer bem-estar às populações vitimadas, respeitado o princípio da não-intervenção (BRASIL, 2008, p.1-1).

O manual acima citado, editado pelo Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais em 2008, “apresenta os elementos conceituais e doutrinários básicos aplicáveis ao planejamento e desenvolvimento de operações humanitárias por Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav)” (BRASIL, 2008, p.V), estabelecendo-se então uma referência sólida para o planejamento e execução desse tipo de operação, assegurando o profissionalismo requerido do CFN quando de seu emprego.

Além do aspecto formal de capacitação representado naquele manual, nada melhor que a prática para assegurar um bom desempenho.

No CFN existe uma preocupação, sempre presente nos exercícios realizados no Brasil, de fortalecimento da imagem do Corpo por meio de Ações Cívico-Sociais (ACISO), cuja definição, de acordo com o contido no sítio da MB na internet:

É o conjunto de atividades desenvolvidas, normalmente em caráter temporário, com a finalidade de auxiliar as comunidades a solucionar os seus problemas mais prementes, desenvolvendo o espírito cívico e comunitário do cidadão.²⁰

Essas ações têm um conceito muito parecido com o das Operações Humanitárias, buscando oferecer ao público alvo, que são as populações carentes, algum tipo de amparo, proporcionando bem-estar e solucionando seus problemas mais urgentes. Na página da internet da MB, que trata do assunto ACISO, pode-se verificar dentre as ações realizadas nos anos de 2008 e 2009, aquelas que tiveram participação ativa dos Fuzileiros Navais.

Tais participações, ao longo dos anos, permitiram ao CFN a construção gradativa de experiência no tema da coordenação e execução de ações de caráter humanitário, transformando-o em opção óbvia para emprego no provimento de alívio a povoações necessitadas de cuidados básicos, principalmente em situações nas quais o poder público civil não possui meios adequados ou suficientes para atendê-las ou quando a segurança para a realização dessas ações humanitárias não pode ser garantida pelo governo local.

²⁰ https://www.mar.mil.br/menu_h/aciso/aciso.htm

A partir de tudo o que foi visto neste capítulo, conclui-se que o CFN, indissociável da MB, possui capacidade expedicionária por excelência, podendo atuar em qualquer lugar do mundo, inclusive na costa atlântica da África, empregando meios em configuração variável, adaptados para atenderem ao efeito desejado da missão proposta pela autoridade que o deseja empregar, quer seja mais voltada à projeção de poder, quer seja com maior ênfase em ações humanitárias e ainda, quanto a essas, possui capacitação técnica e experiência para sua coordenação e execução. Tudo isso sem perder de vista o poder dissuasório proporcionado por uma Força Tarefa Anfíbia a singrar o Atlântico Sul.

6 AÇÃO GLOBAL

A história do hoje nacionalmente reconhecido “Ação Global”²¹ começou em 1991, por iniciativa do Serviço Social da Indústria (SESI) de Minas Gerais, e visava a oferecer serviços gratuitos à população de baixa renda daquele estado.

O tema central da cidadania foi definido em 2004 quando o SESI e a TV Globo, junto a uma série de parceiros, passaram a oferecer serviços de documentação, como carteira de identidade, certidão de nascimento e CPF, entre outros.

Neste ano de 2009 o slogan da campanha “com cidadania, a vida fica outra história” busca transmitir ao público os efeitos práticos dos serviços oferecidos pelo “Ação Global” na vida das pessoas.

Na prática, os serviços são prestados em um único dia do ano, em todo o território brasileiro, coordenadamente, com cobertura televisiva também para todo o Brasil, o que propicia uma ampla divulgação desses serviços e seu resultado. Estatisticamente, segundo dados do sítio na internet do “Ação Global”, o perfil dos participantes é o seguinte: 66,4% têm renda familiar de até dois salários mínimos; 59,8% têm entre 18 e 39 anos, e 76,6% são mulheres.

Os objetivos declarados são facilitar a todo o cidadão o acesso aos direitos essenciais, e montar uma rede de solidariedade, unindo instituições públicas, privadas e do terceiro setor para prestação de serviços gratuitos relevantes para a população.

Os serviços básicos oferecidos estão ligados às seguintes áreas: saúde, responsabilidade social, educação e lazer. Dentre as áreas citadas ressaltam-se serviços específicos tais como consultas médicas, orientação para prevenção de doenças, distribuição de preservativos, planejamento familiar, emissão de documentos fundamentais, direitos da criança e do adolescente, orientações sobre prevenção de acidentes domésticos, palestras educativas sobre meio ambiente, ações para adultos retornarem à sala de aula, salas de leitura, sessões de ginástica e shows.

Ao comparar as ACISO realizadas pela MB, em particular as coordenadas e executadas pelo CFN, com a Ação Global de iniciativa do SESI, pode-se verificar que há semelhanças entre ambas, quer seja pelo foco no atendimento às necessidades prementes das populações atendidas ou pelos serviços a elas oferecidos.

²¹ <http://acaoglobal.globo.com/AcaoGlobal>

Como uma diferença, pode-se citar a possibilidade de abrangência territorial dessas ações. No caso da Ação Global, como as instituições envolvidas são nacionais, com presença somente em território brasileiro, o foco está voltado exclusivamente para a população brasileira. Já no caso da ACISO, por ser o CFN uma tropa expedicionária por excelência, com área de atuação mundial, é possível realizar esse tipo de ação fora do território brasileiro, a exemplo do que acontece hoje no Haiti.²²

Outra grande diferença reside na divulgação dessas ações e seus resultados. A Ação Global, por ter em sua espinha dorsal uma parceira como a Rede Globo de Televisão, pode contar com ampla divulgação assegurada em qualquer parte do território nacional, tanto antes, com informação ao público de onde, quando e quais serviços serão oferecidos, como flashes durante o evento e, ao final das atividades, uma cobertura televisiva tratando dos resultados alcançados.

A Ação Global, em que pese ser realizada apenas no Brasil, pode ter seus resultados divulgados no exterior, atingindo cidadãos brasileiros que estejam vivendo em outros países, por meio da Tevê Globo Internacional (TVGI), disponível via cabo ou satélite, em 114 países, na Europa, América do Sul e África.²³

A pergunta a ser respondida é: Como as ACISO e o projeto “Ação Global” poderiam ser utilizados em prol da política externa brasileira, voltada para os países da África atlântica?

Foi visto que ambas as ações possuem grandes semelhanças em seus propósitos e que tanto o CFN quanto o SESI tem acumulado grande experiência na coordenação e execução dessas ações pela quantidade de vezes que já as realizaram. As grandes diferenças entre elas, quando mescladas, transformam-se em vantagens óbvias. Do CFN, pode-se obter a projeção das ações para fora do território brasileiro. Do SESI, em sua parceria com a Rede Globo, pode-se obter a divulgação internacional necessária.

A partir da união dessas experiências e vantagens, com a devida ação do MRE no sentido de obter a aquiescência de países alvo da África atlântica, poder-se-á constituir uma Força Tarefa de ajuda humanitária capaz de servir à política externa brasileira naquele continente, com o respaldo formal do Estado brasileiro e segurança para os participantes, capaz de atingir objetivos tão diversos como a promoção da inclusão social, o combate à

²² https://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/ccsm/acao_civico/acao_civico.html

²³ <http://tvglobointernacional.globo.com/>

fome, a divulgação de produtos brasileiros e a geração de dissuasão, bem como outros que vierem a ser definidos pelo MRE.

7 CONCLUSÃO

O emprego do Soft Power para influenciar os países da África Atlântica a voltarem suas atenções para o Brasil é a única solução permitida pela tradição das relações exteriores brasileiras.

Para tal, o Brasil pode utilizar-se das três fontes primárias desse sutil poder. No campo cultural, há a procura por uma identidade afro-brasileira. No econômico buscam-se soluções que propiciem vantagens para ambos os lados, sem denotar uma posição hegemônica brasileira. Já sob o aspecto social, espera-se ser possível replicar ações de sucesso, originais do Brasil, para ajudar a dirimir problemas naquele continente.

No campo militar, é a manutenção da paz que tem tido grande apelo nos foros de discussão envolvendo o Brasil e os países da África Atlântica.

Sendo uma Força representativa de sua história e suas políticas, o CFN possui o credenciamento necessário para representar o Brasil na projeção sutil de poder naquela região, contribuindo tanto para a promoção da paz naquele continente como para a projeção de uma imagem positiva do Brasil no cenário internacional.

No contexto dos acordos já formalizados entre o Brasil e países africanos a MB, por meio do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia, emprega seu Corpo de Fuzileiros Navais em ações que, entre outras, contemplam a criação de um Grupo de Apoio Técnico para o assessoramento à formação de um batalhão de fuzileiros navais daquele país, bem como a criação de um curso de formação de soldados e desenvolvimento de seu cerimonial da marinha.

Mas as possibilidades de emprego do CFN no continente africano não encerram aí. Vislumbra-se, ainda, a existência de uma janela de oportunidade aberta pela temporária falta de meios e qualificação da Marinha e Fuzileiros Navais dos EUA na execução de operações humanitárias. Mas essa janela deve ser aproveitada pelo Brasil com rapidez, uma vez que pode se fechar em curto espaço de tempo, tendo em vista o maior foco do governo do Presidente Barack Obama em ações de Soft Power.

O CFN, indissociável da MB, possui capacidade expedicionária por excelência, podendo atuar em qualquer lugar do mundo, inclusive na costa atlântica da África, empregando meios em configuração variável, adaptáveis para atenderem ao efeito desejado da missão imposta pela autoridade que o desejar empregar, constituindo-se na opção óbvia de tropa brasileira para o emprego nessas operações humanitárias.

Além disso, o desdobramento de uma Força Tarefa Anfíbia, singrando o Atlântico Sul em direção à África e posteriormente deslocando-se ao longo daquele litoral, muito contribui para atender ao proposto pela estratégia da dissuasão prevista na END.

Como visto ainda na introdução desta monografia, “não basta ser, tem que parecer”. Para parecer tem que haver divulgação. Nesse contexto, então, insere-se o projeto Ação Global, cujo propósito vem a ser muito parecido com os das Operações Humanitárias e das ACISO realizadas pelo CFN, porém com potencial de divulgação de suas ações e resultados em nível internacional.

A partir da união das experiências e vantagens, tanto do CFN como das instituições parceiras do Ação Global, e a devida ação do MRE no sentido de obter a aquiescência de países alvo da África atlântica, poder-se-á constituir uma Força Tarefa capaz de servir à política externa brasileira naquele continente, com o respaldo formal do Estado brasileiro, segurança para os participantes, e capaz de atingir objetivos tão diversos como a promoção da inclusão social, o combate à fome, a divulgação de produtos brasileiros, a geração de dissuasão, bem como outros que vierem a ser definidos pelo MRE.

Propõe-se então a realização de uma série de operações com características de Operação Humanitária, nucleadas em tropa do CFN, sendo lançadas a partir de navios da Esquadra brasileira, com apoio de aeronaves da Força Aeronaval, constituindo uma Força Tarefa Anfíbia em comissão ao longo da costa atlântica do continente africano, contemplando em sua constituição instituições públicas e privadas parceiras do projeto Ação Global, a serem realizadas em países daquele continente, selecionados segundo critérios estabelecidos pelo MRE, com divulgação mundial a cargo da TV Globo Internacional.

Espera-se assim que o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, cuja possibilidade de emprego estratégico flexível decorre em grande parte de sua capacidade expedicionária, venha, por meio da condução das operações propostas, contribuir para a projeção do Soft Power brasileiro nos países da África atlântica.

REFERÊNCIAS

- Ação Global. Disponível em: <<http://acaoglobal.globo.com/AcaoGlobal>>. Acesso em: 10 ago. 2009.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-0-1: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: 2008.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-1-13: Manual de Operações Humanitárias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.
- BRASIL. Decreto n. 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 18 de dez. 2008. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 27 jul. 09.
- BRASIL. Medida Provisória n. 434 de 27 de fevereiro de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 27 de fev. 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1990-1995/434.htm>. Acesso em: 27 jul. 09.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. *Repertório de política externa: Posições do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 336 p.
- EMBRAPA. Assessoria de Comunicação Social da EMBRAPA. *Embrapa África: presidentes assinam acordo de sede*. Portal da Embrapa. Notícias. 17 de jul. 2006. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2006/foldernoticia.2006-07-03.1126368809/noticia.2006-07-10.4381407431/>>. Acesso em: 15 jul. 2009.
- JEAN, Grace V. Greater demand for “Soft Power” reveals shortfalls in the navy. *National Defense Magazine*, 2009. Disponível em: <<http://www.nationaldefensemagazine.org/archive/2009/march/pages>>. Acesso em: 09 abr. 2009.
- JEAN, Grace V. Taking cues from new administration, naval forces shift focus to soft power. *National Defense Magazine*, 2009. Disponível em: <<http://www.nationaldefensemagazine.org/archive/2009/january/pages>>. Acesso em: 09 abr. 2009.
- LYMAN, Princeton N.; ROBINETTE, Kathryn A. *Obama and Africa: matching expectations with reality*. In: AFRICA IN THE 21st CENTURY. *Journal of International Affairs*. vol. 62. n. 2. New York: Columbia University, 2009.
- MB. Marinha do Brasil. Disponível em: <<https://w.w.w.mar.mil.br>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

NYE, Jr., Joseph S. *Soft Power: the means to success in world politics*. 1st ed. New York: Public Affairs, 2004. 191 p.

Teve Globo Internacional. Disponível em: <<http://tvglobointernacional.globo.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2009.